

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta do Acre

Class.: 02

Data: 04/02/88

Pg.: 7

Seminário debate propostas para legislação ambiental

O secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, Edilson Cadaxo, informou que um dos objetivos do seminário sobre o desenvolvimento da Amazônia e o meio ambiente, que já foi aberto ontem à noite, é levar propostas das discussões de trabalho de grupos durante o evento, para a Assembléia Legislativa incluir no projeto de Constituição estadual, a ser votado após a promulgação da Carta Magna do País. Os três grupos de trabalho discutirão no seminário a "Questão Fundiária", "Alternativas e Utilização de Recursos Naturais" e "Política ambiental".

Cadaxo informou que o produto do seminário servirá também para instalar o Conselho estadual de Meio Ambiente do Estado do Acre e estabelecer sua legislação ambientalista. Ele citou como exemplo de problema a ser legislado para ser combatido, a prática da retirada de areia das praias dos rios acreanos nos municípios, como ocorre em Cruzeiro do Sul. E a retirada do mogno do Estado do Acre, que sem a lei própria poderia ser impedida pelo Estado, mas o recurso perderia diante de qualquer liminar defendida na Justiça, por falta de base legal.

O seminário, segundo Cadaxo, conta com maior infra-estrutura que o primeiro realizado em junho, sendo patrocinado pelo governo Flaviano Melo com apoio da UFAC e cooperação técnica do IEA, ao custo aproximado de Cz\$ 1 milhão.

DESASTRE ECOLÓGICO

Para o professor de ecologia da Universidade de Rondônia, Wim Groeneveld, que discute no seminário a experiência do seu Estado na construção da BR-364, entre Porto Velho e Cuiabá, o asfaltamento da continuação da estrada para Rio Branco pode repetir o que tem sido verificado na história da Amazônia, em que às rodovias seguem-se problemas de devastação florestal, ameaça às comunidades indígenas e exploração predatória da madeira. Segundo ele, a melhor maneira de preservar a floresta e respeitar as pessoas que ali trabalham — os índios e os seringueiros — é a reserva extrativista e a

Foto: Sérgio Vale



Seringueiros pedem definição urgente das reservas extrativistas

demarcação das áreas indígenas.

Wim Groeneveld, holandês, cujo nome significa Guilherme Campo Verde, explicou que as reservas extrativistas de Rondônia estão saindo relativamente rápido porque no Estado há terras devolutas da União, de pouca aptidão agrícola, sem pressões dos fazendeiros, uma vez que no Estado existe grande área devastada. Para o governo estadual — acrescenta — as reservas servem para fazer um discurso ecológico no intuito de conseguir verbas do Banco Mundial, para tentar reverter na aparência o quadro de desastre ecológico em Rondônia.

Com recursos do Polonoroeste, desde 81, foram aplicados US\$ 1,1 bilhão de dólares em Mato Grosso e Rondônia, com o resultado de muitos empregos públicos e ameaça de colapso total dos serviços do governo de Jerônimo Bengala, caso ele não obtenha do Banco Mundial, em Washington, para onde viaja em março, US\$ 200 milhões. O dinheiro destina-se a assentar mais colonos na terra e sanear os problemas no abastecimento elétrico do Estado, informou.

O Conselho Nacional de Seringueiros, que instala-se em março em Rondônia, disse Wim Groeneveld, pretende acompanhar o processo de aplicação dos recursos governamentais de fontes externas, para denunciar às entidades internacionais caso repitam-se os erros do passado. Ele disse que o Acre só evita os erros de Rondônia verificados no Polonoroeste se souber utilizar bem os recursos fazendo trabalhos de defesa da ecologia e pelo uso racional dos recursos florestais, como o da Funtac, que revelou ter gostado, e não através da mera criação de órgãos que pulverizam o dinheiro, não produzem e servem mais como cabide de emprego.

Groeneveld, com Susan Hecht e Steve Schwartzmann realizam uma pesquisa para comprovar a produtividade da floresta nas condições do trabalho extrativista feito na Amazônia. Ele disse ter chegado à conclusão de que o preço atual da borracha no Brasil perdeu o subsídio, pois é de Cz\$ 85,90 o quilo, enquanto que no mercado internacional custa US\$ 1,1 dólar, que prova a sua viabilidade. (F.A.)

Seringueiros esperam reservas

CNA quer ser ouvido para definir áreas

O presidente do Conselho Nacional do Seringueiro, Jaime da Silva Araújo, chegou ontem a Rio Branco que veio participar do Seminário de Meio-Ambiente, que foi aberto ontem, no Auditório do Senac, com uma conferência sobre o tema "Desenvolvimento e Conservação do Meio-Ambiente: uma alternativa viável para a Amazônia?", pela geógrafa da Universidade da Califórnia (EUA), Susanna Hecht.

Jaime Araújo disse que a sua expectativa em relação ao Seminário é a de que se conheça realmente qual a posição do governo em relação à questão das reservas extrativistas, para que se possa dar andamento a algumas das propostas

elaboradas pelo Conselho do Seringueiro.

Ele esclareceu ainda que a sua participação no encontro não tem intuito de criar polêmicas com o Governo do Estado, "apenas queremos fazer valer os nossos direitos. A nossa polêmica é defender o seringueiro", acrescentou.

Chico Mendes e Osmarino Amâncio, ambos membros da diretoria do Conselho Nacional do Seringueiro, presentes à entrevista coletiva no IMAC, esperam que o Seminário não sirva apenas para que se busque garantia de crédito junto aos bancos internacionais. "Enquanto se fala em meio-ambiente, através de discursos bonitos e bem elaborados, o seringueiro continua sendo expulso de suas terras e os dólares que a Súdhevea recebeu nunca trouxeram benefícios à nossa classe", comentou Chico Mendes.

Para os três representantes dos seringueiros acreanos, o mais im-

portante, neste momento, é mostrar que a comunidade extrativista não está esfacelada e não está tentando ser dona da terra e, sim querendo usufruir dos resultados de seu trabalho, sem manipulação política.

Segundo eles, o Governo de Rondônia está trabalhando para fixação do homem nas reservas extrativistas, e, está elaborando um projeto para criação de uma reserva no guaporé no Rio Ouro Preto, em Guajará-Mirim. O Amapá também já solicitou recursos junto ao Mirad para fazer o assentamento de colonos numa área extrativista localizada na extrema entre o Pará e o Amapá, próximo ao projeto Jarí. Nesta área serão cultivadas especificamente castanha, andiroba e açaí.

Para Jaime Araújo, o governo acreano também pode vir a definir uma área de reserva extrativista, "quando se sabe que este é o Estado que tem a maior concentração de seringueiros do país".